INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado do exercício abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 91 3241 1401
Fax: + 55 91 3223 9145
www.bdo.com.br

Rua Dom Romualdo de Seixas,
1476, 23º and Umarizal, Belém, PA
Brasil 66055-200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Diretores e Associados do
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("IMAZON" ou "Instituto") que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON, em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém, 19 de novembro de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PA 001064/F

Otony Pereira de Azevedo
Contador CRC 1 RS 089761/O-3 T - S - PA

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.638	48.247
Adiantamentos	5	6.591	751
Valores a receber		-	8
		53.229	49.006
Não circulante			
Imobilizado	6	1.216	1.084
Intangível		28	46
		1.244	1.130
Total do ativo		54.473	50.136

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		169	89
Obrigações sociais e trabalhistas		889	1.080
Obrigações tributárias		23	15
Obrigações com recursos de projeto	7 b)	49.713	46.150
		50.794	47.334
Não circulante			
Obrigações com recursos de projeto	6.b	1.172	990
		1.172	990
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	2.507	1.812
		2.507	1.812
Total do passivo e patrimônio líquido		54.473	50.136

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas líquidas			
Receitas sem restrições	11	79	86
Receitas com restrições	11	27.653	24.683
Total de receitas líquidas		27.732	24.769
Custos operacionais			
Custos sem restrições	12	(51)	(49)
Custos com restrições	7.a	(27.653)	(24.683)
Total de custos		(27.704)	(24.732)
Superávit bruto		28	37
Outras receitas operacionais		71	3
Despesas administrativas	13	(94)	(133)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro líquido		5	(93)
Receitas financeiras	14	788	752
Despesas financeiras	14	(98)	(119)
Resultado financeiro líquido		690	633
Superávit líquido do exercício		695	540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações do resultado do exercício abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Superávit líquido do exercício	695	540
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit do exercício abrangente total	695	540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.272	-	1.272
Superávit do exercício	-	540	540
Incorporação do superávit do exercício	540	(540)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.812	-	1.812
Superávit do exercício	-	695	695
Incorporação do superávit do exercício	695	(695)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.507	-	2.507

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - IMAZON

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	695	540
Ajustado por		
Depreciação/amortização do período	10	11
	705	551
Variação nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes		
Adiantamentos	(5.840)	158
Valores a receber	8	(1)
Fornecedores	80	44
Obrigações sociais e trabalhistas	(191)	375
Obrigações tributárias	8	(66)
Obrigações com recursos de projeto	3.621	12.410
Adiantamentos recebidos	-	(100)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais	(1.609)	13.371
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado - sem restrição	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-	-
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.609)	13.371
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	48.247	34.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	46.638	48.247
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.609)	13.371

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto" ou "Entidade") é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica;
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto obteve o certificado de qualificação como OSCIP em 03 de março de 2006, emitido pelo Ministério da Justiça do Brasil, de acordo com a Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas por meio de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2025 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma:

(i) Planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social;
(ii) Governabilidade dos programas por meio de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão do Instituto) foi autorizada pela Administração em 19 de novembro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, que é o método tradicionalmente utilizado para mensurar os ativos e passivos. De acordo com este princípio, os ativos são registrados pelo seu custo de aquisição, enquanto os passivos são registrados pelo valor pelo qual foram originalmente incorridos.

No entanto, é importante destacar que os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Isso significa que as mudanças no valor justo desses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem, quando aplicáveis.

Esta abordagem de mensuração visa fornecer informações relevantes e confiáveis sobre a situação financeira da Entidade, refletindo de forma adequada o valor econômico dos seus ativos e passivos.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 06 – Imobilizado: vida útil utilizada na avaliação da depreciação;
- Nota Explicativa nº 08 – Contingências: litígios com perspectiva de desembolso financeiro.

e. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Instituto

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas para empresas consideradas de grande porte com vigência a partir de 2021. Aspectos destas normas, quando inclusas no Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas, poderá afetar as demonstrações do Instituto. A Administração oportunamente irá avaliar os efeitos de novas normas tão logo sejam emitidas.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas pela Entidade de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Conforme estabelecido no CPC PME Seção 11 – Instrumentos Financeiros Básicos, parágrafo 11.21, o modelo de negócio adotado pelo Instituto utiliza seus ativos até o vencimento de forma a receber fluxo de caixa contratual. A forma de participação não trabalha com negociação tampouco com venda de ativos financeiros. Assim está enquadrada em outros tipos a forma de avaliação dos seus ativos e passivos financeiros o qual realiza seus registros pelo custo de aquisição atualizado menos as perdas prováveis (custo amortizado).

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2025.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e obrigações com recursos de projetos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação.

Esses ativos são avaliados pelo valor de mercado atual, que consiste no valor da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social. São considerados equivalentes de caixa devido ao seu alto grau de liquidez e ao risco insignificante de alteração no valor no curto prazo.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos por meio dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são apresentados separadamente na nota explicativa do ativo imobilizado como “bens com restrições de uso”.

Os bens com restrições de uso são registrados no momento em que há a saída de recursos bancários, em contrapartida do passivo circulante de “Obrigações com recursos de projetos”. Simultaneamente é feito o registo do bem no ativo imobilizado (bens com restrições de uso), em contrapartida do passivo não circulante “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens com restrições (destinados exclusivamente para execução de projetos) é registrada em conta redutora do imobilizado, em contrapartida da conta de “obrigações com recursos de projetos” no passivo não circulante, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxas (%)
Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração avalia anualmente os *triggers* de *impairment* para avaliar a necessidade de revisão do valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

f. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, o Instituto calcula 1/12 avos acrescidos de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

h. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é realizado de acordo com o regime contábil de competência do exercício, o que significa que são registradas no período em que são geradas, independentemente do momento em que o fluxo de caixa é recebido ou pago.

As informações sobre as receitas e despesas operacionais atendem às diretrizes estabelecidas na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros. Esta interpretação aborda a divulgação de receitas e despesas por tipo de atividades e adota características semelhantes à demonstração do resultado por natureza, conforme exigido pelos novos pronunciamentos contábeis.

i. Recursos de projetos

As obrigações com recursos de projetos são registradas na Rubrica "Obrigações com recursos de projetos" quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

j. Reconhecimento de receitas e custos

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa, a crédito de gastos a realizar em "Obrigações com recursos de projetos" no passivo circulante;
- Consumo como custo: quando ocorrem gastos com projetos, a conta de "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante, é debitada em contrapartida do passivo de fornecedores (para posterior liquidação financeira). Simultaneamente é registrado no resultado os custos com restrições em contrapartida das receitas com restrições;
- Prestação de serviços: a receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados;
- Taxa de administração: a receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos;

- Doações e subvenções recebidas: as subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem:

- Juros ativos e passivos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l. Tributação

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, por isso, está isento de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre a receita líquida.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto se beneficia, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias, conforme CF/88, artigo 195, parágrafo sétimo.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Em 2025, ocorreram algumas atualizações relevantes nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), principalmente para manter o Brasil alinhado às normas internacionais *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais mudanças estão ligadas à IFRS 18, revisões de pronunciamentos e ajustes em instrumentos financeiros e divulgações.

A seguir estão as principais mudanças que marcaram os pronunciamentos técnicos em 2025 que exigem adaptações das entidades do Terceiro Setor:

- Novo Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: o CPC 51 foi criado para alinhar o Brasil à IFRS 18, que substitui a antiga norma internacional IAS 1. Ele trata da estrutura e apresentação das demonstrações contábeis.

Principais mudanças trazidas

- Nova estrutura para a demonstração do resultado;
- Exigência de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração;
- Regras mais claras para agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis;
- Maior detalhamento nas notas explicativas.

O principal impacto é trazer transparência e comparabilidade entre as empresas. As entidades do terceiro setor terão que fazer adaptações para essas normas que apesar de normatizadas em 2025 tem sua vigência prevista para 2027.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 - Em 2024 foi aprovada a Revisão nº 28, que atualiza diversos CPCs devido à criação do CPC 51 / IFRS 18, com objetivo adequar outros pronunciamentos que fazem referência à apresentação das demonstrações contábeis.

A norma sofreu revisões importantes (revisão de 2023/2024) para manter conformidade com padrões internacionais, entrando em vigor entrando em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Os impactos provocados são atualização de referências e regras de divulgação para manter coerência com a nova estrutura das demonstrações.

A Administração avaliou os efeitos dessas alterações e concluiu que, embora relevantes do ponto de vista normativo, não resultaram em impactos materiais sobre as demonstrações contábeis já apresentada pela Entidade no exercício comparativo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Recursos sem restrições		
Bancos conta movimento	1.246	1.667
Aplicações financeiras (a)	2	2
	1.248	1.669
Recursos com restrições		
Bancos conta movimento	22.709	19.221
Aplicações financeiras (a)	22.680	27.357
	45.389	46.578
	46.638	48.247

(a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e 6,7% conforme Taxa Referencial (TR), a qual rendeu o montante de R$ 5.004 em 2025 (R$ 3.302 em 2024), sendo R$ 788 sem restrição. Abaixo a abertura das contas de aplicações:

	2025	2024
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	22.680	27.357
Poupança	2	2
	22.682	27.359

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais, mas não tem restrições quanto a sua movimentação junto as instituições financeiras. Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, atrelas ao respectivo projeto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estes recursos vinculados renderam R$ 4.214 (R$ 2.550, em 31 de dezembro de 2024), vide Nota Explicativa nº 7a. Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras, vide Nota Explicativa nº 14.

5. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a parceiros (a)	6.420	591
Adiantamentos de viagens	58	72
Adiantamentos a funcionários	55	39
Adiantamentos a fornecedores	58	59
	6.591	751

(a) Recursos adiantados a parceiros que prestam serviços durante a execução de projetos, sendo as principais variações inerentes a adiantamentos aos parceiros (i) Centro de Empreendedorismo da Amazônia, (ii) Fundação Padre Leonel França, (iii) WRI e (iv) Associação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Pará Anna Primavesi que totalizam aproximadamente R$ 4.530, sem valores adiantados em aberto em 2024.

6. Imobilizado

a. Imobilizado sem restrições

Descrição	2023	Movimentação Adições	Baixas	Transferências	2024
Benfeitorias e instalações	145	-	-	-	145
Máquinas e equipamentos	88	-	(5)	-	83
Equipamentos de comunicação	133	-	-	-	133
Equipamentos de computação	350	-	(12)	-	337
Móveis e utensílios	240	-	(10)	-	230
Total do custo	956	-	(27)	-	928
Benfeitorias e instalações	(35)	(4)	-	-	(38)
Máquinas e equipamentos	(76)	(2)	5	-	(73)
Equipamentos de comunicação	(119)	(3)	-	-	(122)
Equipamentos de computação	(342)	(1)	12	-	(330)
Móveis e utensílios	(234)	(2)	10	-	(226)
Depreciação acumulada	(807)	(11)	27	-	(790)
				-	
Saldos contábeis líquidos, sem restrições	149	(11)	-	-	143

Descrição	2024	Movimentação Adições	Baixas	Transferências	2025
Benfeitorias e instalações	145	-	-	-	145
Máquinas e equipamentos	83	-	-	-	83
Equipamentos de comunicação	133	-	-	-	133
Equipamentos de computação	337	-	-	-	337
Móveis e utensílios	230	-	(45)	-	185
Total do custo	933		(45)		884
Benfeitorias e instalações	(38)	(4)	-	-	(42)
Máquinas e equipamentos	(73)	(2)	-	-	(74)
Equipamentos de comunicação	(122)	(2)	-	-	(124)
Equipamentos de computação	(330)	(1)	-	-	(331)
Móveis e utensílios	(226)	(1)	45	-	(182)
Depreciação acumulada	(790)	(10)	45	-	(754)
Saldos contábeis líquidos, sem restrições	143	(10)	-	-	129

b. Imobilizado com restrição

Descrição	2023	Movimentação			2024
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	119	-	-	-	119
Veículos	528	125	(247)	-	406
Máquinas e equipamentos	253	41	(5)	-	284
Equipamentos de comunicação	187	25	-	-	212
Equipamentos de computação	1.683	142	(24)	-	1.801
Móveis e utensílios	112	-	(2)	-	110
Total do custo	2.882	333	(278)	-	2.931
Benfeitorias e instalações	(25)	(3)	-	-	(28)
Veículos	(174)	(32)	6	-	(200)
Máquinas e equipamentos	(105)	(21)	4	-	(122)
Equipamentos de comunicação	(61)	(17)	-	-	(78)
Equipamentos de computação	(1.286)	(200)	23	-	(1.463)
Móveis e utensílios	(95)	(7)	2	-	(100)
Depreciação acumulada	(1.746)	(281)	36	-	(1.991)
				-	
Saldos contábeis líquidos, com restrições	1.136	52	(242)	-	946
Imobilizado com e sem restrição 2024	-	-	-	-	-
Imobilizado total líquido (a+b)	1.285	41	(242)	-	1.084

Descrição	2024	Movimentação			2025
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias e instalações	119				119
Veículos	406	7			413
Máquinas e equipamentos	289	140	(3)		426
Equipamentos de comunicação	212	135			347
Equipamentos de computação	1.801	117			1.918
Móveis e utensílios	110	34	(10)		133
Total do custo	2.936	433	(13)		3.356
Benfeitorias e instalações	(28)	(3)			(31)
Veículos	(200)	(30)			(230)
Máquinas e equipamentos	(122)	(30)	3		(148)
Equipamentos de comunicação	(78)	(23)			(101)
Equipamentos de computação	(1.463)	(194)			(1.657)
Móveis e utensílios	(100)	(9)	8		(101)
Depreciação acumulada	(1.991)	(289)	11		(2.269)
Saldos contábeis líquidos, com restrições	945	144	(2)		1.087
Imobilizado com e sem restrição 2025	-	-	-	-	-
Imobilizado total líquido (a+b)	1.083	134	(2)		1.216

Itens do imobilizado sem restrição do Instituto são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment*) acumuladas, quando houver. As aquisições são oriundas de recursos próprios ou de destinações ao final de projetos que possibilitam a transferência do ativo para o Instituto. O saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

7. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante. Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade.

Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

7.a) Movimento financeiro das obrigações com recursos

Os repasses de projetos são utilizados para manutenção das operações, a totalidade dos recursos utilizados são correspondentes as receitas e custos com restrição conforme políticas matérias "i. Recursos de projetos" e "j. Reconhecimento de receitas", demonstrados a seguir a movimentação do exercício, recursos com e sem restrição, bem como a aplicabilidade do recurso:

		2024		
Descrição	Nota explicativa	Recurso com restrição	Recurso sem restrição	Total executado
Captação de recursos				
Repasses para projetos	7.c	34.552	-	34.552
Receitas financeiras	7.c e 14	2.550	752	3.302
Receitas diversas	11	-	14	14
Receita de serviços	11	-	79	79
Deduções	11	-	(4)	(4)
Total – captação operacional		37.102	841	37.943
Utilização de recursos				
Salários, encargos e benefícios	12 (i)	(8.215)	(49)	(8.269)
Consultorias e serviços		(9.806)	(54)	(9.855)
Imobilizado	6.b	(559)	(11)	(570)
Despesas com viagens		(2.823)	-	(2.823)
Publicação/disseminação/eventos		(137)	-	(137)
Despesas com aluguel		(365)	-	(365)
Utilidades e serviços		(123)	-	(123)
Impostos e taxas		(24)	-	(25)
Despesas com comunicação		(128)	-	(128)
Despesas com materiais		(41)	-	(41)
Despesas financeiras	14	(466)	(119)	(585)
Despesas com seguros		(50)	-	(50)
Despesas com manutenção		(127)	-	(127)
Outros gastos com refeitório		(26)	-	(26)
Outras despesas operacionais		-	(10)	(10)
Repasse a subcontratos		(1.799)	-	(1.799)
Total - utilizado operacional	11	(24.683)	(243)	(24.933)

		2025		
Descrição	Nota explicativa	Recurso com restrição	Recurso sem restrição	Total executado
Captação de recursos				
Repasses para projetos	7.b	27.002	-	27.002
Receitas financeiras	7.b e 14	4.214	788	5.004
Receitas diversas	11	-	71	71
Receita de serviços	11	-	78	78
Deduções	11	-	(4)	(4)
Total – captação operacional		31.216	933	32.149
Utilização de recursos				
Salários, encargos e benefícios	12 (i)	(8.419)	(47)	(8.466)
Consultorias e serviços		(10.293)	(46)	(10.339)
Imobilizado	6.b	(461)	(10)	(471)
Despesas com viagens		(3.780)	-	(3.780)
Publicação/disseminação/eventos		(493)	-	(493)
Despesas com aluguel		(302)	-	(302)
Utilidades e serviços		(121)	-	(121)
Despesas com fretes		(451)	-	(451)
Impostos e taxas		(34)	-	(34)
Despesas com comunicação		(694)	-	(694)
Despesas com materiais		(83)	-	(83)
Despesas financeiras	14	(482)	(98)	(580)
Despesas com seguros		(65)	-	(65)
Despesas com manutenção		(180)	-	(180)
Reembolsos de refeições		(21)	-	(21)
Outras despesas operacionais		-	(39)	(39)
Repasses a subcontratos		(1.773)	-	(1.773)
Total - utilizado operacional	11 e 12	(27.653)	(240)	(27.892)

7.b) Reconciliação da movimentação de recursos com restrição

Os repasses e suas respectivas utilizações estão apresentados a seguir, com intuito de reconciliar o saldo de obrigações:

	Notas	2025	2024
Saldos iniciais		46.150	33.737
Recebimentos com restrições	7.a	27.002	34.552
Rendimentos com restrição	7.a	4.214	2.544
		77.366	70.833
Utilizações em projetos	7.a	(27.653)	(24.683)
Saldos líquidos, passivo circulante		49.713	46.150

7.c) Repasses recebidos por financiadores

Os repasses e suas respectivas atualizações estão apresentados a seguir:

	2024		
Descrição do financiador/projeto	Repasse	Rendimento	Total
BEZOS EARTH FUND	8.590	-	8.590
NORAD 2021- 2025	4.419	66	4.485
INSTITUTO ITAUSA	4.000	-	4.000
INST ARAPYAÚ DE EDUCAÇÃO E DESENVOL SUSTENTÁVEL	3.000	10	3.010
SKOLL FOUNDATION	2.028	-	2.028
VALE S.A.	1.900	8	1.908
INSTITUTO EL BIEN COMUM (IBC)	1.872	-	1.872
INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA (IEPÉ)	1.796	-	1.796
INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLOGICAS (IPE)	1.433	12	1.445
WORLD RESOURCES INSTITUTE´S (WRI)	1.270	-	1.270
INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE	1.061	-	1.061
GOOGLE LLC	725	-	725
ALCOA FOUNDATION	574	-	574
ENEVA SA	463	202	665
ASSOCIAÇÃO FUNDO DE SUSTENTABILIDADE HIDRO	440	-	440
FUNDACION AMIGOS DE LA NATURALEZA	431	-	431
ASSOCIAÇÃO VALE P/DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	389	7	396
INSTITUTO CONEXÃO POVOS DA FLORESTA	145	-	145
THE WELLBEING PROJECT	16	-	16
CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE	-	2.237	2.237
GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION	-	6	6
BANCO NACIONAL DE DESEN. ECON. E SOCIAL (BNDES)	-	2	2
Total	34.552	2.550	37.102

	2025		
Descrição do financiador/projeto	Repasse	Rendimento	Total
INSTITUTO ITAUSA	6.000	24	6.024
NORAD 2021- 2025	4.780	49	4.829
GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION	3.705	1	3.706
INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA (IEPÉ)	2.014	-	2.014
VALE S.A.	1.800	12	1.812
GOOD ENERGIES FOUNDATION	1.537	-	1.537
INSTITUTO EL BIEN COMUM (IBC)	1.188	-	1.188
INSTITUTO DE APOIO AO MAPBIOMAS	1.150	-	1.150
WORLD RESOURCES INSTITUTE´S (WRI)	1.046	1.361	2.407
CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE	799	2.446	3.245
CONSERVATION METRICS	767	1	768
FUNDACION AMIGOS DE LA NATURALEZA	644	1	645
INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE	575	-	575
ENEVA SA	520	275	795
ASSOCIAÇÃO FUNDO DE SUSTENTABILIDADE HYDRO	267	-	267
ASSOCIAÇÃO VALE P/DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	130	-	130
BRAZIL FOUNDATION	42	-	42
GLOBAL WITNESS	38	-	38
BEZOS EARTH FUND	-	40	40
SKOLL FOUNDATION	-	5	5
INST ARAPYAÚ DE EDUCAÇÃO E DESENVOL SUSTENTÁVEL	-	2	2
Total	27.002	4.214	31.216

8. Provisão para contingências judiciais

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Instituto.

Administração do Instituto, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providencias legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2025 por igual a 2024.

Conforme as Normas Contábeis do CPC PME, nenhuma provisão é reconhecida e nenhuma divulgação é exigida quando a probabilidade de perda é remota. Portanto, os registros contábeis não incluem os processos com prognóstico remoto conforme demonstrado no relatório jurídico

9. Remuneração da Administração

O Instituto por ser uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, define como partes relacionadas ao pessoal-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2025, não há saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis, sendo apresentado abaixo a remuneração desembolsada para data-base:

	2025	2024
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	1.275	1.216
	1.275	1.216

10. Patrimônio social líquido

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto na data base é de R$ 2.507 (R$ 1.812 em 31 de dezembro de 2024) é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício.

O superávit do exercício R$ 695 (superávit R$ 540 em 31 de dezembro de 2024), foi transferido para conta de patrimônio social, conforme determinação estatutária, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1).

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

11. Receitas líquidas

	2025	2024
Receitas com restrições (i)	25.716	22.668
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	1.937	2.015
Subtotal com restrição	27.653	24.683
Receitas diversas e outras	4	11
Receitas com prestação de serviços	78	78
(-) Deduções		
COFINS/ISS	(4)	(3)
Subtotal sem restrição	79	86
Total	27.731	24.769

(i) E (ii) Receitas, por financiador (com restrições + taxas de administração):
(ii) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- Taxas não previstas - nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na Rubrica "Outros custos diretos e indiretos";
- Taxas mistas - são previstas nos contratos e com especificação de determinados gastos na Rubrica "Outros custos diretos e indiretos";
- Taxas previstas - custo administrativo cobrado somente por meio da taxa de *overhead*.

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

(a) *Norwegian Agency for Development Cooperation* (NORAD)

O projeto cujo título é Transparência do mercado e aplicação da lei para a conservação da Floresta Amazônica tem como principal objetivo reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia Brasileira para os níveis de 2012 e também aumentar a adoção de um uso mais sustentável da terra.

(b) Instituto Itausa

1 Projeto "Amazônia 2030" - é uma iniciativa conjunta do Imazon, PUC Rio (Departamento de Economia) Climate Policy Initiative (CPI) e Centro de Empreendedorismo da Amazônia. O objetivo geral do projeto é contribuir parar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, com ênfase no aumento da produtividade das atividades econômicas e sustentabilidade ambiental;
2 Projeto "Net Zero Brasil" - o estudo proposto Net-Zero Brasil (NZB) ajudará a informar o design, a implementação e a avaliação contínua das medidas para zerar as emissões de GEE no Brasil até 2050.

(c) Gordon and Betty Moore Foundation

1 O objetivo filantrópico desta doação é fortalecer o engajamento público e o impacto político na conservação da Amazônia e na ação climática por meio de comunicação estratégica e monitoramento avançado da biodiversidade para a COP 30;
2 A finalidade filantrópica desta doação é apoiar o Indicador de Carne Bovina Livre de Desmatamento na Amazônia – Radar Verde na Amazônia, no Cerrado e em instituições financeiras;

(d) *WRI - World Resources Institute*

Apoiar o projeto "Catalisando e Implementando a Regeneração Natural Assistida em Mato Grosso e Pará".

(e) *IEPE - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena*

Apoio à implementação dos Planos de Manejo dos Parques Estaduais Estação Ecológica Grão-Pará e Reserva Biológica Maicuru e todas as demais medidas descritas na proposta completa à LLF, em parceria com o Ideflorbio, órgão governamental responsável por ambos os parques.

12. Custos operacionais

Custo sem restrição	2025	2024
Salários e encargos sociais	(51)	(49)
	(51)	(49)

Abertura das principais classes de custos com restrição	2025	2024
Custo com restrição		
Salários e encargos sociais (i)	(8.419)	(8.215)
Serviços prestados por terceiros	(10.293)	(9.806)
Outros custos	(8.941)	(6.662)
	(27.653)	(24.683)

(i) Salários e encargos sociais.

	2025	2024
	Com restrição	Com restrição
Salários	(3.531)	(3.360)
INSS	(1.192)	(1.172)
Vale aliment./transp.	(945)	(904)
Assistência médica	(633)	(612)
Férias	(409)	(464)
Gratificações/Bônus	(426)	(449)
FGTS	(370)	(497)
13º	(351)	(359)
Seguro de vida	(263)	(202)
Remuneração estágio	(92)	(61)
PIS	(50)	(46)
Multa Resc/Indeniz	(128)	(70)
Exames/medicamentos	(28)	(19)
	(8.419)	(8.215)

13. Despesas administrativas

	2025	2024
Depreciação e amortização	(9)	(11)
Despesas com consultoria e serviços	(51)	(64)
Outras despesas administrativas	(34)	(58)
	(94)	(133)

14. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Rendimentos sobre aplicações financeiras	788	752
Total das receitas financeiras	788	752
Juros e despesas bancárias	(98)	(119)
Total das despesas financeiras	(98)	(119)
Resultado financeiro líquido	690	633

15. Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e bancos;
- Aplicações financeiras;
- Fornecedores.

As atividades do Instituto o expõem aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários.

O Instituto aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. A seguir seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pelos valores contábeis:

Ativos financeiros	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	46.638	48.247
	46.638	48.247

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	2025	2024
Fornecedores	169	89
	169	89

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de certificados de depósitos bancários Administrados por instituições financeiras de primeira linha. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em certificados de depósitos bancários indexados ao CDI e poupança com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

16. Cobertura de seguros

O Instituto possui seguros para salvaguardar os seus ativos de eventuais sinistros, devido à Administração entender como necessário em virtude do perfil atual de seus ativos.

As coberturas, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes suficientes para cobrir eventuais perdas com sinistros.

As premissas de riscos adotadas pelo Instituto, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Categorias Seguradas	R$
Incêndio de bens do imobilizado	65

Verônica Oki Igacihalaguti
Diretora Administrativa

Ritaumaria de Jesus Pereira
Diretora Executiva

Gian Carlo Cruz Toppino
Contador CRC/PA 011577/O-0